

**II Encontro Internacional de Ciências Sociais
Pelotas, de 08 a 11 de junho de 2010
GT 13 – O Trabalho na Globalização**

**Emprego e desenvolvimento na Zona Sul do RS:
os dilemas da precariedade social e do trabalho¹**

*Francisco Eduardo Beckenkamp Vargas
Doutor em Sociologia, ISP/UFPel,
fvargas@via-rs.net*

1. Introdução: a formulação do problema

O presente artigo pretende discutir o problema do desenvolvimento da Zona Sul do Estado do Rio Grande do Sul à luz dos dilemas enfrentados por essa região no que diz respeito à questão do emprego e do mercado de trabalho local. Por um lado, apresenta-se, neste cenário, um projeto hegemônico de desenvolvimento que, ao mesmo tempo que constata o atraso econômico da região em relação às outras regiões do Estado e do país, procura identificar as condições necessárias para tirar a região de sua condição econômica e social desfavorável. Neste projeto, enfatiza-se a necessidade de atrair investimentos externos, sobretudo de investimentos privados, considerados essenciais para arrancar a região de sua situação de estagnação. Por outro lado, vale salientar que a questão do emprego ocupa um lugar estratégico na constituição do “discurso” justificador desse projeto. A atração de investimentos não só alavancaria a retomada do desenvolvimento da região, mas proporcionaria a geração dos empregos necessários para dinamizar ainda mais a economia local e superar seu atraso “social”. Neste sentido, o emprego constitui um importante eixo de justificação desse projeto hegemônico, na medida em que ele torna possível a integração da população e dos trabalhadores da região ao dito desenvolvimento. A geração de emprego e a possibilidade de distribuir o desenvolvimento para amplas parcelas da população constitui, pois, um dos núcleos centrais de legitimação social desse projeto hegemônico de desenvolvimento.

¹ A pesquisa na qual se baseia o presente artigo tem o apoio da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado do Rio Grande do Sul – FAPERGS.

A partir de algumas contribuições teóricas do campo da sociologia do trabalho e de algumas evidências empíricas sobre a questão do emprego e do mercado de trabalho na região, pretende-se apontar algumas dificuldades políticas e teóricas na sustentação desse projeto e desse discurso hegemônico. Neste sentido, avança-se a hipótese de que as transformações no mundo do trabalho das últimas décadas, cristalizando a constituição de um novo paradigma produtivo, marcado por um processo acelerado de globalização, pela idéia de flexibilização do trabalho e das relações de trabalho e por uma racionalidade econômica alicerçada na economia de recursos (e de trabalho) não só pela introdução de inovações tecnológicas, mas também por intensas inovações organizacionais igualmente poupadoras de força de trabalho, acentuaria a consolidação de um desenvolvimento cada vez mais intensivo em capital e conhecimento e tenderia a gerar cada vez menos empregos em relação ao volume de recursos investidos. Deste modo, por maiores que sejam os investimentos realizados, eles teriam uma baixa capacidade de fazer distribuir esse desenvolvimento. Ao contrário, as desigualdades sociais tenderiam a aumentar na medida em que, para além dos trabalhadores efetivamente integrados a esse desenvolvimento, se formaria uma classe de trabalhadores periféricos, pouco ou não integrados, vivendo das sobras desse sistema.

2. Desenvolvimento capitalista e emprego no debate teórico

Não é novidade afirmar que a dinâmica de acumulação capitalista implica uma crescente elevação da produtividade do trabalho e uma possível substituição dos trabalhadores por máquinas. De fato, existe hoje uma espécie de senso comum que utiliza esse argumento para sustentar que o desemprego é inevitável no mundo capitalista. No plano teórico, essa idéia adquiriu forma nas recentes teses que sustentaram a idéia do fim do trabalho nas sociedades contemporâneas (Rifkin, 1997). O argumento central dessa tese, no entanto, não tem encontrado ampla sustentação na literatura científica.

Marx (1983) é um dos primeiros autores a propor uma explicação sociologicamente fundamentada para esse processo de expansão capitalista. Assim, a busca de lucros cada vez mais elevados e os limites sociais e legais impostos à exploração do trabalho sem limites levariam os capitalistas a incrementarem o que o autor chama de “mais-valia relativa”, isto é, a elevar a produtividade do trabalho, sobretudo através da incorporação de inovações tecnológicas. Segundo este autor, tal fenômeno acarretaria uma mudança da composição

orgânica do capital. A proporção do capital invertida em instalações, equipamentos, tecnologias, enfim, naquilo que o autor chama de “capital constante” (cc), aumentaria em relação ao “capital variável” (cv), isto é, o capital invertido em pagamento dos salários dos trabalhadores. Para Marx, essa é uma lei geral da acumulação capitalista: o capital constante cresce em termos absolutos e relativos na composição do capital. A parte do capital investida na contratação de trabalhadores decresce proporcionalmente, implicando, pois, uma crescente elevação da produtividade do trabalho. O capital é capaz de produzir cada vez mais com menos trabalho.

A partir da apresentação e da análise dessa lei geral da acumulação capitalista, Marx analisa as consequências desse processo para a classe trabalhadora, propondo o conceito de “exército industrial de reserva” ou “superpopulação relativa” para mostrar a formação de excedentes de trabalhadores não absorvidos pelo capital, mas que constituirão uma “reserva de trabalho” necessária aos momentos de expansão do ciclo de acumulação. São essas idéias de Marx que constituirão a base de um certo senso comum que mostra o desemprego como efeito mecânico e direto do processo de expansão capitalista.

O próprio Marx, no entanto, relativiza esse efeito perverso da acumulação capitalista para a classe trabalhadora. Ora, só haverá desemprego se a elevação da produtividade não for acompanhada de um processo de expansão da produção e do consumo. E ainda que no âmbito de uma empresa ou localmente o desemprego ocorra, decorrente de inovações tecnológicas e organizacionais do trabalho, em escala social mais ampla o volume de trabalho pode se manter, devido à formação e novas atividades econômicas e novas áreas de expansão do capital. Isto é o que alguns autores chamam de destruição criativa (Kumar, 1997). Ao mesmo tempo em que destrói empregos em determinadas empresas ou setores, o capitalismo também provoca a formação de novos empregos em outras empresas ou setores da economia. Nesse sentido, o volume global de emprego pode manter-se ou mesmo se elevar, mesmo existindo determinados focos de desemprego. Evidentemente que os efeitos desse processo sobre os trabalhadores afetados pela “economia de trabalho” são bastante danosos. Dificilmente, esses trabalhadores conseguem acompanhar essas mudanças e se manterem qualificados e disponíveis para o capital.

Em suma, o próprio Marx reconhece que um processo generalizado de expansão capitalista, mesmo elevando a produtividade do trabalho e reduzindo sua participação relativa no conjunto do capital, pode ser acompanhado de um correspondente aumento dos níveis gerais de emprego. Para isto, basta que a produção e distribuição do volume geral de

mercadorias e que o próprio consumo aumentem. Ora, isso é de fato o que ocorre com o processo de expansão capitalista no mundo contemporâneo. A forte elevação da produtividade do trabalho industrial produziu, por exemplo, a expansão do trabalho em serviços, isto é, todas aquelas formas de trabalho necessárias à gestão e administração do próprio capitalismo e de suas formas de regulação. É neste sentido que as teorias da sociedade pós-industrial vão sugerir que novas formas de trabalho vão surgir no capitalismo contemporâneo, em sua fase monopolista, marcada pela consolidação das grandes empresas transnacionais. Ainda que algumas vertentes teóricas sustentem que esses trabalhadores de colarinho branco (administração, burocracias, etc.) estejam submetidos a condições de trabalho iguais ou piores àquelas dos operários fabris, devido à taylorização, rotinização e precarização do trabalho de escritório (Braverman, 1987), outros autores vão sugerir que a expansão dessas formas de trabalho intelectual, ao incorporarem conhecimento científico e tecnológico, exige trabalhadores mais escolarizados e qualificados (Bell, 1977).

Mas se a expansão capitalista torna possível a correspondente expansão dos níveis de emprego, mesmo ocorrendo situações localizadas de desemprego, qual é a base de sustentação das teorias do fim do trabalho?

Para responder a essa questão é necessário retomar o debate teórico sobre as transformações recentes no mundo do trabalho e a emergência do novo paradigma produtivo. A literatura a esse respeito sugere que no bojo dessas transformações está em foco uma crise capitalista de grande profundidade (Harvey, 1989). A redução das taxas de lucro das grandes empresas capitalistas e a intensificação da concorrência intercapitalista estariam na base de uma crise de superprodução, de superacumulação. Se, por um lado, a financeirização do capital pode ser identificada como uma das tendências e reações a essa crise, por outro, ela gerou um processo bastante profundo de reestruturação capitalista. Neste contexto, não se altera apenas o que Harvey chama de “regime de acumulação”, com a emergência das novas formas de gestão e organização do trabalho e da produção. Altera-se, também, o “modo de regulação” predominante nas sociedades capitalistas contemporâneas, passando-se do modelo de um estado intervencionista e promotor do bem estar social, que institui direitos sociais e econômicos e protege a classe trabalhadora, a um outro modelo de estado mínimo, agora promotor de um amplo processo de liberalização econômica, isto é, de desregulamentação das relações econômicas e das relações de trabalho a partir de uma estratégia de ampliação das liberdades mercantis. Do ponto de vista do regime de acumulação, altera-se profundamente o modo de organização e gestão da produção tipicamente taylorista e fordista do período

anterior. O modelo rígido e burocratizado das grandes empresas, da extrema parcelização do trabalho, da produção em massa de produtos homogêneos, da extrema centralização e verticalização dos processos organizacionais cede lugar a um paradigma marcado pela idéia de flexibilidade, de descentralização, da polivalência no trabalho, do envolvimento subjetivo e da participação dos trabalhadores, da produção enxuta em pequenos lotes, organizada a partir da demanda e do consumo. A mundialização acelerada do mercado e do espaço econômico estratégico, a organização da produção em redes de empresas e as estratégias de subcontratação tornam-se elementos centrais de organização da produção capitalista, assim como a introdução das inovações tecnológicas baseadas na microeletrônica. Todas essas mudanças alteram não só o modelo de empresa capitalista dominante, mas o modelo de trabalhador requisitado pelo capital. Se por um lado, exige-se mais desse trabalhador em termos de envolvimento subjetivo e de formação e familiarização com as tecnologias informacionais, por outro multiplicam-se as formas de contratação denominadas “atípicas” pela literatura, implicando uma maior instabilidade, rotatividade e precariedade de uma ampla parcela dos trabalhadores integrados ao circuito da acumulação do capital.

Do ponto de vista do mercado de trabalho, essas transformações consolidam o que Gorz (1991) chama de um modelo cada vez mais dual de trabalho e de sociedade. De um lado, uma parcela cada vez menor de trabalhadores estáveis, integrados, recebendo bons salários, gozando de direitos. De outro, uma parcela cada vez maior de trabalhadores instáveis e precários, sem ou com poucas garantias legais, sem perspectiva de carreira, oscilando de um emprego a outro em suas trajetórias descontínuas e incertas. A esse quadro poderíamos acrescentar aqueles trabalhadores periféricos ou mesmo excluídos do ciclo de produção, distribuição e acumulação de capital. Muitos destes trabalhadores constituem o que Nun (2000) chama de “massa marginal”, isto é, aqueles trabalhadores que sequer podem constituir uma “reserva de trabalho” para o capital, pois não só são numerosos demais (seria impossível absorvê-los, todos, considerando os atuais padrões de produtividade do trabalho) como não possuem as competências e qualificações necessárias para integrar o mundo do trabalho capitalista, a não ser em suas formas marginais e periféricas. Para Nun, boa parte destes trabalhadores latinoamericanos não têm mais função para o capital e sua única alternativa são as formas de trabalho não capitalistas ou aquelas meramente periféricas.

Enfim, as transformações recentes no mundo do trabalho indicam que, na tentativa de escapar à crise e de incrementar a acumulação, o capitalismo provocou uma enorme elevação da produtividade do trabalho tanto em decorrência das inovações tecnológicas (informática,

microeletrônica) como das inovações organizacionais, constituindo, além do mais, novos modelos de relações de trabalho, baseados na flexibilidade e na desregulamentação. Com isso, não foram só os níveis gerais de desemprego que aumentaram nas últimas décadas, mas o problema da precariedade do trabalho decorrente desses novos padrões flexíveis de contratação e gestão do trabalho.

É neste sentido que se pode afirmar que um modelo de desenvolvimento baseado na atração de investimentos privados apresenta limites em sua capacidade de gerar e distribuir renda. Mesmo investimentos muito elevados implicam baixa capacidade de geração de empregos. Os empregos gerados, por outro lado, mesmo em pequeno número, padecem das condições precárias inerentes ao modelo flexível de contratação e gestão do trabalho. Além disso, boa parte desses empregos tornam-se inacessíveis a maior parte da população que não possui as qualificações e competências exigidas pelas empresas devido às profundas e velozes transformações no mundo do trabalho e em suas formas de organização e gestão. O modelo de desenvolvimento hegemônico parece mostrar-se, pois, profundamente, seletivo e excluente.

3. Os dilemas no desenvolvimento da Zona Sul

O quadro teórico acima traçado não pretende ser um esquema rígido de interpretação das condições de desenvolvimento e do mercado de trabalho da Zona Sul. Trata-se, tão somente, de um esquema orientador que organiza e ajuda a dar inteligibilidade aos dados que pretendemos analisar. Pretende-se, pois, explorar empiricamente a hipótese de que o modelo de desenvolvimento hegemônico pensado para essa região é insuficiente para dar conta de seus dilemas sociais e em termos de mercado de trabalho.

Vale ressaltar que a Zona Sul do Estado do Rio Grande do Sul é formada por 22 municípios dos quais Pelotas e Rio Grande são os Pólos regionais. Essa região forma um Conselho Regional do Desenvolvimento, o Corede-Sul. Esta região conta com uma população de mais de 800.000 habitantes, possui uma taxa média de urbanização de 80% e, em 2006, contava com um PIB de R\$ 8.961.778,00. Apesar de ser, dentre os Coredes, o quarto maior PIB do Estado do Rio Grande do Sul, sua parcela no produto total é de apenas 6%. Os três Coredes com os maiores PIBs representam, juntos, 54,4% da economia gaúcha. Tal dado revela uma grande concentração do crescimento econômico na região metropolitana de Porto Alegre e na região da Serra gaúcha. Se analisarmos os dados referentes ao PIB per capita,

essas desigualdades regionais podem ser mais uma vez confirmadas. Em 2006, o PIB per capita da região do Corede-Sul era de apenas R\$ 10.182,00, abaixo da média do Rio Grande do Sul que era, nesse mesmo ano, de R\$ 14.310,00. Trata-se da 17^a posição dentre os 28 Coredes do Estado do Rio Grande do Sul. O Corede Serra apresentava uma renda per capita de R\$ 19.681,00, o que mostra mais uma vez as fortes desigualdades regionais.

Estas diferenças são observadas igualmente quando se analisa alguns indicadores de desenvolvimento humano, como o IDESE, por exemplo. No período de 2000 a 2006, estes índices do Corede-Sul eram mais baixos que os índices médios do Estado e muito mais baixos que os índices dos Coredes que apresentavam os indicadores mais elevados de desenvolvimento humano. Tomando-se, ainda, um outro importante indicador social para identificar a situação da região - o índice de pobreza, por exemplo – pode-se constatar, mais uma vez, uma certa defasagem desta região em relação à média do Estado. Enquanto que na Zona Sul o índice de pobreza era de 25,9%, em 2000, no Rio Grande do Sul esse índice era, em média, de 19,7%

Portanto, a idéia de um atraso e de uma defasagem econômica da região apóia-se fortemente nestes dados que mostram a situação econômica da Zona Sul em relação a outras regiões do Estado, aquelas mais desenvolvidas economicamente. Em parte, esta realidade pode ser explicada pelo modelo de desenvolvimento implementado nessa região ao longo do processo de expansão do capitalismo industrial brasileiro. Se no eixo da região metropolitana de Porto Alegre e Serra Gaúcha efetivou-se uma expansão capitalista mais dinâmica, fortemente alicerçada em grandes, médias e pequenas empresas com perfis mais diversificados e capazes de produzir mais e distribuir melhor os produtos do desenvolvimento, tal fato não ocorreu na Zona Sul do Estado. Nessa região, um desenvolvimento capitalista baseado em pequenas e médias empresas tradicionais vinculadas ao setor agroindustrial (Vargas, 1994) gerou um modelo de expansão econômica mais restrito e desigual, lançando as bases, também, de um processo de urbanização acelerado, de fluxo intenso do campo para a cidade, gerador de oportunidades ocupacionais precárias e instáveis aos trabalhadores. Neste sentido, esse desenvolvimento está também na base da formação de um importante cinturão de pobreza em Pelotas, que concentrou boa parte da expansão industrial da região.

As transformações econômicas a partir dos anos noventa, em um contexto de crise econômica e reestruturação produtiva, aprofundaram os problemas econômicos e sociais da região, na medida em que muitas empresas fecharam suas portas ou deslocaram suas

atividades para outras regiões. O saldo dessas transformações foi uma imensa “dívida social” e a emergência de uma “questão social” tentando identificar as possíveis alternativas de desenvolvimento da região.

É neste quadro que esse projeto hegemônico de desenvolvimento é proposto e discutido na região. O que parece peculiar a esse projeto, em relação ao período anterior, é sua dificuldade em dar conta da dívida social e do problema da distribuição desse desenvolvimento, como se esses fossem apenas efeitos espontâneos de um processo de expansão econômica acelerada. Ao avaliar-se, por exemplo, os recursos investidos por uma série de projetos econômicos que foram implantados na Zona Sul, pode-se constatar um importante contraste em relação aos empregos gerados que não ultrapassam algumas centenas ou alguns poucos milhares de postos de trabalho.

Quanto a isso, é importante analisar como se conforma, na região, a questão do mercado de trabalho, a fim de identificar a extensão dos dilemas sociais e econômicas que se apresentam para a região. Para tanto, apresenta-se, abaixo, principalmente, alguns indicadores de precariedade do mercado de trabalho em Pelotas e Região, a partir de dados do IBGE e do DIEESE. Apesar de não serem representativos de toda a Zona Sul, estes dados oferecem um quadro suficientemente claro desses dilemas e dos desafios do modelo de desenvolvimento.

4. As características do mercado de trabalho em Pelotas

Segundo o IBGE, o município de Pelotas contava, em 2000, com uma população de 323.158 habitantes, dos quais 93,2% habitava a zona urbana. Vale salientar que essa taxa de urbanização é bem superior à média do Brasil e do Estado do Rio Grande do Sul (respectivamente, de 81,2% e 81,65%), bem como do conjunto da Zona Sul do Estado.

Ainda segundo o IBGE, conforme a Tabela 1, observa-se que, em 2000, Pelotas contava com uma população economicamente ativa de 152.096 pessoas. Destas, 125.768 estavam ocupadas e 26.328 desempregadas. Naquele ano, a taxa de desemprego aberto no município foi de 17,3%. Trata-se, este, de um primeiro indicador de precariedade do trabalho em Pelotas e na região.

Os dados da Tabela 1 mostram, ainda, que as mulheres constituíam 44% da população economicamente ativa. Considerando-se que, em 1991, elas representavam 38,4% da população ativa, constata-se um forte e persistente crescimento da participação das mulheres

no mercado de trabalho, como mostram, em geral, os dados sobre o mercado de trabalho no Brasil.

Tabela 1 - População economicamente ativa, população ocupada e população desempregada, por sexo. Pelotas, 2000.

Natureza da População	População					
	Homens		Mulheres		Total	
	Nº	%	Nº	%	nº	%
PEA	85.247	56,0	66.849	44,0	152.096	100
População Ocupada	72.843	57,9	52.925	42,1	125.768	82,7
População Desocupada	12.404	47,1	13.924	52,9	26.328	17,3

Fonte: IBGE, censo de 2000.

A distribuição da população, segundo o sexo, na ocupação e no desemprego mostra, ao mesmo tempo, uma maior vulnerabilidade das mulheres no mercado de trabalho. Mesmo sendo minoria na população economicamente ativa (44%), as mulheres são maioria entre os desempregados. O número de mulheres desempregadas (13.924) é maior que o número de homens (12.404), as primeiras representando quase 53% da população desempregada. A taxa de desemprego feminino chega a 20,8%, enquanto que a masculina permanece em 14,55%.

A Tabela 2 mostra a distribuição da população ocupada pela natureza do trabalho e pela existência ou não de proteção previdenciária. A categoria dos trabalhadores assalariados ou empregados, aí incluídos os servidores públicos, representa 53,6% da população ocupada de Pelotas. Dentre esses trabalhadores assalariados, 21,2% (11,4% do total dos ocupados) não possuem nenhum tipo de proteção previdenciária.

A maior parte dos trabalhadores em situação de maior precariedade concentra-se nas categorias de empregados domésticos e trabalhadores por conta própria. Dentre estes últimos, está a maior parte dos trabalhadores que atuam na informalidade. Os trabalhadores por conta própria representam 29,1% da população ocupada. Dentre esses trabalhadores, 65% (ou 18,9% do total dos ocupados) não possuem proteção previdenciária. Os empregados domésticos constituem 8,9% da população ocupada e, dentre esses trabalhadores, 43,6% (ou 3,9% do total dos ocupados) não têm proteção previdenciária.

Somando-se esses trabalhadores sem proteção àqueles não remunerados e que produzem apenas para o próprio consumo, obtém um total de 49.324 trabalhadores atuando em condições de extrema precariedade. Tal contingente representa 39,2% da população ocupada de Pelotas. Se a esse contingente somar-se a população desempregada (26.328), atinge-se um total de 75.652 pessoas vivendo em uma situação de grande vulnerabilidade no

mercado de trabalho, o que representa 49,73% da população economicamente ativa. Trata-se, pois, de um quadro que revela uma elevada precariedade do mercado de trabalho local.

Tabela 2 – População ocupada segundo a natureza da ocupação e a proteção previdenciária, por sexo, Pelotas, 2000.

	Homem		Mulher		Total	
	Nº	%	Nº	%	Nº	%
1) Empregados	41.959	57,6	26.141	49,4	67.447	53,6
- Com carteira	27.056	37,1	16.638	22,8	43.694	34,7
- Sem carteira	10.719	14,7	5.568	10,5	16.286	13,0
. Não contribuem	9.546	13,1	4.778	9,0	14.324	11,4
- Servidores públicos	3.531	4,8	3.935	7,4	7.466	5,9
2) Emprego doméstico	652	0,9	10.557	19,9	11.209	8,9
- Com carteira	380	0,5	5.486	10,4	5.867	0,00
- Sem carteira	272	0,4	5.071	9,6	5.343	4,3
. Não contribuem	236	0,3	4.649	8,8	4.884	3,9
3) Empregadores	3.000	4,1	1.211	2,3	4.211	3,4
- Contribuem	2.490	3,4	1.022	1,9	3.511	2,8
- Não contribuem	511	0,7	189	0,4	700	0,6
4) Conta própria	25.738	35,3	10.862	20,6	36.600	29,1
- Contribuem	9.207	12,6	3.578	6,8	12.784	0,00
- Não contribuem	16.531	22,7	7.284	13,8	23.816	18,9
5) Não remunerados	1.620	2,2	3.525	6,7	5.145	4,1
6) Prod. consumo próprio	525	0,7	630	1,2	1.155	0,9
Total	72.843	100,0	52.925	100,0	125.768	100,0

Fonte: IBGE, censo demográfico de 2000.

Tais condições de precariedade sugerem a existência de uma situação real ou potencial de privação de trabalho que, com freqüência, não é captada pelas pesquisas oficiais (Vargas, 2008). Os dados de uma pesquisa realizada pelo DIEESE em Pelotas e seu entorno, utilizando a metodologia da Pesquisa de Emprego e Desemprego – PED, indicam claramente a existência de uma privação de trabalho subestimada na metodologia do IBGE. Esta pesquisa foi realizada no trimestre de setembro a novembro de 2006, englobando os municípios de Pelotas, Rio Grande, Capão do Leão, São Lourenço do Sul, São José do Norte, Arroio do Padre e Turuçu. Essa região foi denominada de Aglomerado Urbano Sul.

Segundo os dados dessa pesquisa, a população economicamente ativa dessa região contava com 286 mil pessoas, em 2006, 133 mil do sexo feminino e 153 mil do sexo masculino. As mulheres perfaziam 45,6% da população ativa. Com uma população em idade ativa de 539 mil pessoas, a taxa de atividade registrada foi de 53%, sendo de 61,7% para os homens e 45,6% para as mulheres.

Tabela 3 – Taxas de desemprego, total, aberto e oculto, e número de desempregados no Aglomerado Urbano Sul, 2006.

Taxas de desemprego	%	Nº desempregados
Taxa total de desemprego	20,8	59 mil
Taxa de desemprego aberto	13,0	37 mil
Taxa de desemprego oculto	7,8	22 mil
Taxa de desemprego oculto pelo trabalho precário	5,4	15 mil
Taxa de desemprego oculto pelo desalento	2,4	7 mil

Fonte: DIEESE, PED, 2007.

Conforme a Tabela 3, desse total de pessoas ativas economicamente, foram identificados 59 mil desempregados, 37 mil em situação de desemprego aberto e 22 mil em situação de desemprego oculto. A taxa total de desemprego foi de 20,8%.

Tratam-se de taxas de desemprego bastante elevadas, o desemprego aberto ficando em 13% e o desemprego oculto em 7,8 %. A taxa de desemprego oculto representa 60% da taxa de desemprego aberto. No total, são 22 mil pessoas em situação ou de desalento ou de realização de um trabalho precário, segundo os critérios da PED. Tem-se aí, um importante indicador de subestimação da privação de trabalho na região pela metodologia oficial.

As taxas de desemprego na região de Pelotas expressam também as fortes desigualdades nas relações sociais. As taxas de desemprego femininas são bem mais altas que as masculinas. A taxa de desemprego total das mulheres foi de 25,2%, enquanto que a dos homens foi de 16,9%. Isto é, a taxa feminina é quase 50% superior à masculina.

É marcante também a diferença entre as taxas de desemprego quanto à cor da pele. A taxa de desemprego total dos não brancos é de 28,8%, enquanto que a taxa dos brancos é de 18,8%. Neste caso, a diferença é ainda maior que aquela entre homens e mulheres, atingindo um patamar de 53%.

As taxas de desemprego também são diferenciadas em relação à idade. Os jovens entre 18 e 24 anos de idade são aqueles que possuem as taxas mais elevadas. A taxa de desemprego total desses jovens atinge 37,5%. Essas taxas vão declinando com o avançar da idade. Para os adultos de 25 a 39 anos de idade, a taxa de desemprego total é de 19,6% e para os indivíduos com 40 anos ou mais, a taxa é de 12,8%. Essa redução das taxas de desemprego na medida em que a idade avança pode ser explicada pela redução da taxa de atividade entre os grupos mais velhos. Para estes últimos, a taxa de atividade é de apenas 50,2%. Para os jovens, a taxa de atividade é de 67,2% e para os adultos é de 78,5%. Essa inatividade dos indivíduos de 40 anos ou mais pode estar mascarando, por isso, formas veladas de privação de trabalho, não captadas nem mesmo pela metodologia PED.

Em relação ao nível de escolaridade, as taxas de desemprego apresentadas por essa pesquisa são também bastante reveladoras, pois as diferenças entre as taxas dos indivíduos mais escolarizados e os menos escolarizados não são muito expressivas. Para os indivíduos com o nível fundamental incompleto, a taxa de desemprego total é de 22,7%. Para aqueles indivíduos portadores do nível fundamental completo ou do médio incompleto, essa taxa é de 25%. Finalmente, para os indivíduos com o ensino médio completo ou o superior incompleto, essa taxa é de 19,2%. Neste caso, pode-se estimar que, nesta região, a escolaridade não é um fator significativo de proteção, pelo menos não tanto quanto habitualmente se espera. O desemprego tende a se generalizar entre todos os grupos de escolaridade. Como a amostra da pesquisa não comportava a desagregação para o grupo com o nível superior completo, torna-se difícil estimar a relação entre desemprego e nível de formação superior. Provavelmente, as taxas de desemprego desse grupo também sejam altas, ainda que mais baixas do que as demais categorias. Mas é provável também que elas tenham crescido significativamente nos últimos dez ou quinze anos, como indicam os dados das pesquisas em outras regiões.

A pesquisa do DIEESE na região de Pelotas trás ainda uma série de indicadores que permitem captar as condições precárias do mercado de trabalho local. Como se observou acima, as relações de assalariamento atingem apenas 53,6% da população ocupada. Os trabalhadores autônomos e os trabalhadores domésticos, duas categorias marcadas por fortes traços de precariedade, representam, respectivamente, 29,1% e 8,9% do total da população ocupada. Dentre os assalariados, 70,9% estão ligados ao setor privado e 24,3% ao setor público, uma pequena parte deles não tendo sua origem identificada. Do conjunto dos assalariados ligados ao setor privado, 12,6% não possui vínculo formal de emprego. São empregados em situação de informalidade e de ausência de proteção previdenciária e trabalhista. Ainda vale registrar que, mesmo no setor público, a precariedade tem se ampliado, não apenas por causa dos baixos rendimentos, principalmente entre os servidores municipais e estaduais da administração pública, mas também devido às novas modalidades de contratação, cada vez mais freqüentemente sendo utilizadas aquelas de natureza temporária.

Finalmente, a pesquisa do DIEESE mostra que os níveis médios de remuneração na região são, em geral, baixos e fortemente diferenciados entre as diversas categorias de trabalhadores. A remuneração média registrada para o conjunto da população ocupada foi de R\$ 768, em 2006. Os trabalhadores do setor público são aqueles que apresentam as médias de rendimento mais elevadas, atingindo R\$ 1.376. A categoria mais penalizada é a dos trabalhadores domésticos, majoritariamente formada por mulheres, cuja média salarial é de

apenas R\$ 286. A média dos trabalhadores assalariados é de R\$ 901, bem acima da média dos trabalhadores autônomos, que é de R\$ 579. A média de rendimento dos trabalhadores assalariados do setor privado é, porém, um pouco mais baixa, atingindo R\$ 723. Entre os trabalhadores assalariados sem carteira de trabalho assinada, essa média cai para R\$ 458.

Em relação aos níveis salariais por setor da atividade econômica, nos serviços observam-se os rendimentos médios mais elevados, chegando a R\$ 917. A indústria apresenta a segunda melhor média por setor, com rendimento médio de R\$ 806. No comércio, essa média cai para R\$ 691 e na construção civil para R\$ 660. Como se afirmou anteriormente, os serviços domésticos apresentam a menor média de rendimento, de apenas R\$ 286.

A pesquisa do DIEESE não apresenta dados referentes à parcela da população ocupada com rendimentos abaixo de um salário mínimo. Nestes termos, os dados mais atuais são aqueles fornecidos pelo Censo Demográfico de 2000. Assim, segundo o IBGE e tomando como abrangência o município de Pelotas, constata-se que 26,1% da população ocupada naquele ano ou tinha um rendimento inferior a um salário mínimo ou não tinha nenhum rendimento. Trata-se de uma parcela da população ocupada em condições de extrema precariedade. Constata-se, ainda, pelos dados do Censo daquele ano, que a população cujos rendimentos não ultrapassavam dois salários mínimos atingia um total de 54,7% dos ocupados naquele ano. São números extremamente reveladores de um mercado de trabalho marcado por formas e relações de trabalho extremamente precárias e acompanhadas, provavelmente, de formas também peculiares e invisíveis de privação de trabalho.

6. Conclusões

A extensão da precariedade do mercado de trabalho de Pelotas e da região é um importante indicador dos limites do projeto hegemônico de desenvolvimento. As características atuais do processo de desenvolvimento capitalista baseado na mundialização e em modelos flexíveis de gestão e organização do trabalho, marcados por elevada produtividade e economia de trabalho, não constituem um modelo capaz de fazer frente aos desafios do mercado de trabalho da região. Como no passado, um modelo de desenvolvimento alicerçado na expansão capitalista, ainda que possa gerar níveis importantes

de crescimento econômico, da renda e do produto, tem limitadíssimos efeitos sobre a expansão do emprego e da distribuição desse desenvolvimento para o conjunto da população.

Nestes termos, um debate político profundo sobre a questão do desenvolvimento da região passa necessariamente pela tentativa de identificar e fomentar outras vias de desenvolvimento econômico, alicerçadas em outras formas e relações de trabalho, e pela necessidade de reconhecer o papel estratégico do Estado e da sociedade civil organizada na constituição de um espaço verdadeiramente público de análise e encaminhamento destes problemas. A politização da “questão do desenvolvimento”, entendida como a criação e o fomento de um amplo espaço público, plural e democrático, impõe-se, pois, como uma premissa central no tratamento e encaminhamento desse dilema enfrentado pela região.

Referências Bibliográficas:

ANTUNES, Ricardo. *Os sentidos do trabalho*. São Paulo, Boitempo Editorial, 1999.

BELL, Daniel. *O advento da sociedade pós-industrial*. São Paulo, Cultrix, 1977.

BRAVERMAN, Harry. *Trabalho e capital monopolista*. A degradação do trabalho no século XX. Rio de Janeiro, Guanabara, 1987.

CASTEL, Robert. *As metamorfoses da questão social. Uma crônica do salário*. Petrópolis, Vozes, 2001.

GORZ, André. *Métamorphoses du travail: Quête du Sens. Critique de la raison économique*. Paris, Galilée, 1991.

HARVEY, David. *A Condição Pós-Moderna*. São Paulo, Loyola, 1989.

KOWARICK, Lúcio. *Capitalismo e marginalidade na América Latina*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1977.

KUMAR, Krishan. *Da sociedade pós-industrial à pós-moderna. Novas teorias sobre o mundo Contemporâneo*. Rio de Janeiro, Jorge Zahar, 1997.

MARX, Karl. *O capital. Crítica da economia política*. São Paulo, Abril Cultural, 1983.

NUN, José. O futuro do trabalho e a tese da massa marginal. *Novos Estudos*. Nº 56. CEBRAP, São Paulo, 2000.

OFFE, Claus. *Trabalho & Sociedade: Problemas estruturais e perspectivas para o futuro da sociedade do trabalho*. Rio de Janeiro, Tempo Brasileiro, 1989.

POCHMANN, Márcio. *O emprego na globalização*. São Paulo, Boitempo, 2002.

RIFKIN, Jeremy. *La fin du travail*. Paris, La Découverte, 1997.

VARGAS, F. *Relações sociais de classe e gênero : o trabalho safrista na indústria de conservas de Pelotas*. Dissertação de mestrado. UFRGS. Porto Alegre, 1994.

_____. *Formas e Experiências de Privação de Trabalho no Brasil: A Construção Social do Desemprego na Perspectiva de uma Sociologia das Relações Sociais*. Tese de Doutorado. Paris, 2008.